

Conta digital 100% gratuita.

Como um banco deve ser.

CNPJ: 71.027.866/0001-34

bs2
Banco

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Clientes,

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A. (Banco) e suas controladas (Conglomerado Prudencial), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019 e seu comparativo de 2018.

DESTAQUES

O Banco BS2 lançou sua plataforma digital - BS2 Hub - para pessoas físicas de forma consistente em março de 2019, com diversas soluções de banking e produtos de investimentos, em uma jornada simples e intuitiva.

Em maio o Banco anunciou o patrocínio máster do Flamengo, de alcance nacional e mundial, o que trouxe maior visibilidade e valorização da marca, além de uma expansão significativa da base de clientes.

Em poucos meses de operação a plataforma atingiu mais de 100 mil contas abertas.

Câmbio

Durante o semestre o BS2 originou um volume de R\$ 2,7 bilhões em operações de remessas, além de um total de R\$ 440 milhões em venda de papel moeda (câmbio turismo), através de corretoras parceiras e cerca de 60 correspondentes cambiais da BS2 DTVM, que somam mais de 100 pontos de venda em todo o país. A receita advinda das operações de câmbio do Banco e da distribuidora, no primeiro semestre de 2019 foi de R\$ 49,1 milhões, ante R\$ 47,9 milhões em 2018.

Crédito

As carteiras de crédito empresarial e de direitos creditórios, especialmente de precatórios, tiveram pequena redução em relação a 2018, em decorrência de recebimentos antecipados, fechando o semestre em R\$ 661 milhões. Em contrapartida, a carteira de antecipação de recebíveis de cartão alcançou R\$ 778 milhões, o que se reflete numa carteira de crédito total de R\$ 1,44 bilhão, 19% maior do que os R\$ 1,21 bilhão de 2018. As receitas totais destas operações somaram R\$ 133,7 milhões, (R\$ 118,5 milhões em 2018). Em relação à provisão para perdas, o Banco manteve excelentes patamares, sem deterioração do risco de suas carteiras de crédito. Neste semestre, registrou R\$ 4 milhões em recuperação de créditos (R\$ 2 milhões em 2018).

Outros produtos, como cartão de crédito nacional e internacional, estarão disponíveis no BS2 Hub já neste segundo semestre de 2019.

Investimentos

Em apenas 3 meses de operações a plataforma de investimentos acumulou um total de 15 mil contas abertas, que somavam um volume custodiado de R\$ 65 milhões em 30/06/19, entre mais de 50 produtos de renda fixa e fundos de investimentos. Em meados de setembro serão lançadas as jornadas de tesouro direto, ações e fundos de previdência.

Meios de pagamento (adquirência)

A partir de janeiro o Banco BS2 migrou a operação de aquisição para a Adiq Soluções de Pagamento S.A., consolidando-a numa instituição

de pagamento, que atua, principalmente, no segmento de credenciamento. A Adiq processou aproximadamente R\$ 17 bilhões no primeiro semestre de 2019 (R\$ 12 bilhões em 2018), tendo realizado um volume de R\$ 2,2 bilhões em antecipação de agenda de recebíveis (R\$ 1,1 bilhão em 2018).

Parcerias Estratégicas

O Banco BS2 adquiriu uma relevante participação na Butiá Gestão de Investimentos, asset independente que possui R\$ 620 milhões de ativos sob gestão.

No segundo semestre, o BS2 lançará uma plataforma de educação financeira para pais e filhos, a Blu by BS2, uma startup promissora e totalmente digital.

Captação de Recursos

O saldo dos recursos captados totalizou R\$ 2,5 bilhões em 30 de junho (R\$ 1,7 bilhão em 2018), com despesa acumulada no semestre da ordem de R\$ 105 milhões (R\$ 94 milhões em 2018). A estratégia de captação via depósitos a prazo, inclusive letras financeiras subordinadas, mantém o equilíbrio dos custos aliado a uma remuneração adequada aos clientes investidores.

Intermediação Financeira, Custos e Despesas, Resultado

O resultado da intermediação financeira no semestre foi de R\$ 44 milhões (R\$ 26 milhões em 2018), suficiente para custear as despesas e investimentos necessários nesta fase de crescimento e consolidação da plataforma digital. As despesas de pessoal e administrativas totalizaram R\$ 154 milhões no semestre (R\$ 96 milhões em 2018), registrando aumento de 61% em relação ao semestre anterior. Este resultado ficou dentro do planejado e alinhado ao planejamento estratégico, fruto dos investimentos relevantes em time, tecnologia e produtos.

Patrimônio Líquido e Capital

O Patrimônio Líquido Consolidado do BS2 totalizou R\$ 397 milhões em 30 de junho de 2019, composto pelo resultado do período e pelo aporte de capital no montante de R\$ 85 milhões, efetivado por seus acionistas que, mais uma vez, demonstraram total apoio na execução da estratégia digital do Banco.

O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial encerrou o semestre em 12,8%, contra 15,7% no ano anterior.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo engajamento na execução estratégica do BS2 e aos nossos parceiros e clientes, que muito nos honram com sua preferência e confiança.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Conglomerado Prudencial			
		2019	2018	2019	2018
Circulante		2.449.237	3.043.742	6.395.715	3.053.725
Disponibilidades	3	93.366	83.900	105.254	93.650
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	270.160	70.588	273.102	70.588
Aplicações no mercado aberto		247.982	70.006	250.924	70.006
Aplicações em depósitos interfinanceiros		22.178	582	22.178	582
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	791.908	565.814	1.009.288	565.814
Carteira própria		718.556	300.207	902.856	300.207
Vinculados a compromissos de recompra		3.045	24.751	3.045	24.751
Vinculados à prestação de garantias		70.307	190.673	90.337	190.673
Vinculados ao Banco Central			50.183	13.050	50.183
Relações interfinanceiras		780.140	1.791.750	4.471.985	1.791.750
Pagamentos e recebimentos a liquidar		778.287	1.791.153	4.470.132	1.791.153
Depósitos no Banco Central		1.534	443	1.534	443
Correspondentes		319	154	319	154
Operações de crédito	6	152.520	247.140	152.520	247.140
Operações de crédito		160.055	250.916	160.055	250.916
Operações de crédito vinculadas a cessão			4.161		4.161
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(7.535)	(7.937)	(7.535)	(7.937)
Outros créditos	7	334.769	267.976	356.427	268.167
Carteira de câmbio		14.138	21.208	14.138	21.208
Rendas a receber			1.000	131	1.000
Negociação e intermediação de valores		172		3.579	
Diversos		327.228	252.509	345.348	252.700
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.769)	(6.741)	(6.769)	(6.741)
Outros valores e bens	8	26.374	16.574	27.139	16.616
Outros valores e bens		18.381	15.649	18.381	15.649
Provisões para desvalorizações		(1.731)	(1.167)	(1.731)	(1.167)
Despesas antecipadas		9.724	2.092	10.489	2.134
Não circulante		610.171	798.661	591.249	775.929
Realizável a longo prazo		471.781	702.410	476.287	702.543
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4		55		55
Aplicações em depósitos interfinanceiros			55		55
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	134.686	131.388	134.686	131.388
Carteira própria			2.877		2.877
Instrumentos financeiros derivativos		134.686	128.511	134.686	128.511
Operações de crédito	6	133.621	117.472	133.621	117.472
Operações de crédito		142.673	126.522	142.673	126.522
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.052)	(9.050)	(9.052)	(9.050)
Outros créditos	7	198.275	452.368	202.781	452.501
Rendas a receber		4.016		4.016	
Diversos		194.797	453.161	199.303	453.294
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(538)	(793)	(538)	(793)
Outros valores e bens	8	5.199	1.127	5.199	1.127
Despesas antecipadas		5.199	1.127	5.199	1.127
Permanente		138.390	96.251	114.962	73.386
Investimentos		68.727	52.102	31.407	28.765
Participações em coligadas e controladas no país		66.921	50.697	29.601	27.360
Outros investimentos		1.806	1.405	1.806	1.405
Imobilizado de uso		33.438	27.896	34.488	27.993
Outras imobilizações de uso		45.065	36.628	46.291	36.733
Depreciações acumuladas		(11.627)	(8.732)	(11.803)	(8.740)
Intangível		36.225	16.253	49.067	16.628
Ativos intangíveis		45.131	19.686	58.335	20.099
Amortização acumulada		(8.906)	(3.433)	(9.268)	(3.471)
Total do ativo		3.059.408	3.842.403	6.986.964	3.829.654
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		734.411	2.561.198	4.660.123	2.548.056
Depósitos		560.038	721.310	517.931	705.486
Depósitos à vista		79.818	25.053	38.523	24.938
Depósitos interfinanceiros	10	106.433	99.682	106.433	99.682
Depósitos a prazo	10	373.781	596.575	372.969	580.866
Outros depósitos		6		6	
Captações no mercado aberto		3.044	24.696	3.044	24.696
Carteira própria		3.044	24.696	3.044	24.696
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	65.258	68.477	65.258	68.477
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		65.258	68.477	65.258	68.477
Relações interfinanceiras		417	309	417	309
Recebimentos e pagamentos a liquidar		417	309	417	309
Relações interdependências		33.700	21.826	33.700	21.826
Recursos em trânsito de terceiros		33.700	21.826	33.700	21.826
Obrigações por empréstimos e repasses		1.952	11.661	1.952	11.661
Empréstimos no exterior		1.952	11.661	1.952	11.661
Instrumentos financeiros derivativos		19	255	19	255
Outras obrigações		69.983	1.712.664	4.037.802	1.715.346
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		580	728	580	728
Carteira de câmbio	12(a)	8.948	18.466	8.948	18.466
Fiscais e previdenciárias	12(b)	4.193	6.168	6.060	6.880
Negociação e intermediação de valores		21.076	27.618	28.229	27.618
Dívidas subordinadas	12(c)	3.378	3.296	3.378	3.296
Diversas	12(d)	31.808	1.656.388	3.990.607	1.658.358
Não circulante		1.927.834	968.724	1.927.834	968.724
Passivo exigível a longo prazo		1.924.743	968.093	1.924.743	968.093
Depósitos		1.609.217	639.850	1.609.217	639.850
Depósitos interfinanceiros	10	48.960	43.112	48.960	43.112
Depósitos a prazo	10	1.560.257	596.738	1.560.257	596.738
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	5.071	36.347	5.071	36.347
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		5.071	36.347	5.071	36.347
Outras obrigações		310.455	291.896	310.455	291.896
Fiscais e previdenciárias	12(b)	3.193	3.048	3.193	3.048
Dívidas subordinadas	12(c)	254.577	225.041	254.577	225.041
Diversas	12(d)	52.685	63.807	52.685	63.807
Resultados de exercícios futuros		3.091	631	3.091	631
Participações de não controladores				1.844	393
Patrimônio líquido		397.163	312.481	397.163	312.481
Capital de domiciliados no país	13(a)	346.721	261.721	346.721	261.721
Reservas de lucros	13(b)	48.945	30.877	48.945	30.877
Ajustes de avaliação patrimonial		495	1.980	495	1.980
Lucros acumulados		1.002	17.903	1.002	17.903
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.059.408	3.842.403	6.986.964	3.829.654

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

bs2.com

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 30 de junho
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Banco		Conglomerado Prudencial		
	2019	2018	2019	2018	
Receitas da intermediação financeira					
Operações de crédito	15	27.850	30.549	27.850	30.549
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	16	46.111	22.542	49.578	22.640
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		10.807	22.776	11.004	21.698
Resultado de operações de câmbio		44.723	43.377	49.131	47.853
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		13.000	3.599	13.000	3.599
Despesas da intermediação financeira					
Operações de captação no mercado	17	(106.993)	(101.052)	(106.841)	(100.592)
Operações de empréstimos e repasses		(88)	(2.135)	(88)	(2.135)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(17)	(413)	(17)	(413)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.364)	(4.075)	(1.364)	(4.075)
Resultado bruto da intermediação financeira					
		35.498	21.791	43.722	25.747
Outras receitas (despesas) operacionais					
Receitas de prestação de serviços	18	(29.610)	9.750	(35.628)	5.378
Rendas de tarifas bancárias		27.971	24.838	42.033	24.932
Despesas de pessoal	19	1.707	1.093	1.708	1.093
Outras despesas administrativas	20	(26.859)	(22.548)	(37.817)	(27.931)
Despesas tributárias	21	(110.499)	(68.887)	(116.587)	(67.807)
Resultado de participações em coligada e controladas	9	(10.337)	(9.600)	(14.954)	(10.359)
Outras receitas operacionais	22	54	502	359	1.076
Outras despesas operacionais	22	104.663	102.598	106.292	102.626
		(16.310)	(18.246)	(16.662)	(18.252)
Resultado operacional					
		5.888	31.541	8.094	31.125
Resultado não operacional					
		390	(216)	(74)	(217)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações					
		6.278	31.325	8.020	30.908
Imposto de renda e contribuição social					
Provisão para imposto de renda	14	(1.410)	(10.682)	(1.014)	(10.345)
Provisão para contribuição social		(1.426)	(1.530)	(1.836)	(1.577)
Ativo fiscal diferido		(855)	(1.320)	(1.010)	(1.368)
		871	(7.832)	1.832	(7.400)
Participações estatutárias no lucro					
		(3.866)	(2.740)	(5.815)	(2.740)
Lucro líquido dos semestres					
		1.002	17.903	1.191	17.823
Lucro atribuível a acionistas controladores					
		1.002	17.903	189	(80)
Lucro atribuível a acionistas não controladores					
		14,45	342,02		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 30 de junho
Em milhares de reais

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Atividades operacionais				
Lucro líquido				
Ajustes ao lucro líquido				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.002	17.903	1.002	17.903
Depreciação e amortização	20.597	2.349	17.723	7.204
Resultado de participação em controlada	1.782	4.075	1.782	4.075
Provisão para perda em títulos e valores mobiliários	5.101	2.674	5.360	2.720
Ganhos / perdas de capital líquidas	(54)	(502)	(359)	(1.076)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		628		628
Variação cambial	393		393	
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos e objeto de hedge	(871)	7.832	(1.832)	7.400
Reversão de provisão para contingências	19.770	(1.769)	17.715	4.126
Resultado de participação de não controladores	(2.089)	45	(2.090)	45
	(3.435)	(10.634)	(3.435)	(10.634)
Lucro líquido ajustado				
Variações de ativos e passivos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(380)	6.645	777.403	6.645
Títulos e valores mobiliários	(228.503)	(8.824)	(435.503)	(8.824)
Operações de crédito	8.120	54.727	8.120	54.727
Outros créditos	64.821	(3.580)	44.007	(2.943)
Outros valores e bens	(9.393)	5.543	(10.158)	5.519
Depósitos	122.999	(198.261)	87.037	(209.703)
Captações no mercado aberto	3.044	24.696	3.044	24.696
Recursos de aceites e emissões de títulos	(14.874)	12.673	(14.874)	12.673
Redução de obrigações por empréstimos e repasses	1.952	42	1.952	42
Relações interfinanceiras e interdependências	2.200.359	(534.797)	(2.269.269)	(534.797)
Instrumentos financeiros derivativos	5.034	(31.942)	5.034	(31.942)
Outras obrigações	(2.970.957)	367.450	990.473	369.504
Resultado de exercícios futuros	(922)	623	(922)	623
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.168)		(3.168)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação de imobilizado de uso	319	171	319	877
Aquisição de imobilizado de uso	(6.443)	(5.505)	(7.035)	(5.610)
Aquisição de intangível	(2.823)	(10.578)	(14.113)	(10.815)
Alienação de intangível	232	69	232	95
Alienação de participações societárias	584		584	
Aquisição de participações societárias	(181)		(181)	
Redução de capital em controladas e coligada	150		150	
Aumento de capital em controladas e coligada	(12.723)	(14.985)	(100)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	85.000	60.000	85.377	60.015
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento				
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa				
	(732.986)	(258.749)	(729.698)	(247.279)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	1.049.066	373.250	1.058.553	377.425
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	25.268	39.405	27.323	33.510
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	341.348	153.906	356.178	163.656
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa				
	(732.986)	(258.749)	(729.698)	(247.279)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajuste a valor de mercado - TVM	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
			Legal	Estatutária				
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	201.721		2.403	28.474	1.727	234.325	458	234.783
Aumento de capital	10.000	50.000				60.000	15	60.015
Ajuste a valor de mercado - TVM					253	253		253
Lucro líquido do semestre						17.903	(80)	17.823
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2018	211.721	50.000	2.403	28.474	1.980	312.481	393	312.874
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	261.721		4.182	44.763	1.179	311.845	714	312.559
Aumento de capital	85.000					85.000	377	85.377
Ajuste a valor de mercado - TVM					(684)	(684)		(684)
Lucro líquido do semestre						1.002	189	1.191
Alienação de participações societárias							564	564
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2019	346.721		4.182	44.763	495	397.163	1.844	399.007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Banco BS2 S.A. ("Banco") é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, créditos para empresas, direitos creditórios, mercado de câmbio e de aquisição, atuando como credenciador na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito, tendo como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e da dívida subordinada oriunda de emissões de títulos no exterior.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, até o presente momento:

- Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

A moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria Executiva do Banco em 09/08/2019.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Sem mensalidade, sem burocracia, sem preocupação.

bs2
Banco

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata die", ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

• Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e

• Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(f) Operações de crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa, cessão de crédito e precatórios

(i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata die", com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma "pro rata die" ao resultado do exercício.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedidas pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

(iii) A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, o Banco passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:

• Nas operações classificadas como "transferência substancial dos riscos e benefícios" o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

• Nas operações classificadas na categoria "com retenção de riscos e benefícios" o ativo financeiro é contabilizado na rubrica "Operações de crédito vinculadas a cessão" em contrapartida do passivo "Obrigações por operações vinculadas a cessão". As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, registradas em "Rendas de operações de crédito", e em "Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão", respectivamente.

(iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a despeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

(g) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata die", deduzidos dos correspondentes rendas a apropriar.

(h) Permanente

Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 9.

Imobilizado de uso – Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que o desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obterá com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Intangível – Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por *softwares* adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada.

(i) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por "impairment" no resultado do exercício. Anualmente é feita uma avaliação para verificar a existência de "impairment". No semestre de 2019 foi realizada a avaliação e não foram identificados indícios de "impairment".

(j) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata die", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 20% até dezembro de 2018, e 15% a partir de janeiro de 2019, em conformidade com a Lei 13.169/15.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25%, e para a contribuição social - 15%.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

• Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

• Obrigações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(m) Príncípios de consolidação - Conglomerado prudencial

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco BS2 S.A. foram elaboradas de acordo com a resolução nº 4.280 de 31/10/2013 e circular nº 3.701 de 13/03/2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Assim, foram

eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

As informações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, contemplam o Banco BS2 S.A. e empresas conforme artigo 1º e 4º da Resolução 4.280, apresentada a seguir:

Empresa	Atividade	% Participação 30/06/2019	% Participação 30/06/2018
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (i)	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	74,90	99,90
Adiq Soluções de Pagamento S.A. (ii)	Instituição de pagamento	86,00	90,00
DT Participações Ltda. (iii)	Participação societária em Instituições Financeiras	87,80	N/A
AD Participações Ltda. (iv)	Participação societária em Instituições de pagamento	99,52	N/A

(i) A BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BS2 DTVM"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, controlada direta do Banco BS2 S.A. e sua atuação é focada em assessoria e distribuição de investimentos e soluções de câmbio para varejo. No âmbito de investimentos, a DTVM atua na distribuição de títulos de renda fixa e fundos de investimento, além de intermediar operações no mercado de renda variável para clientes. No câmbio, realiza a compra e venda de moedas estrangeiras em espécies, por meio de correspondentes cambiais.

Constituída em 07 de junho de 2017, com a denominação social Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 07 de dezembro de 2017 e teve sua denominação social alterada para BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em fevereiro de 2018, tendo sido registrado também o seu nome de fantasia como BS2 Câmbio e Investimentos.

(ii) A Adiq Soluções de Pagamento S.A. ("Adiq"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo – SP, controlada diretamente pelo Banco BS2 S.A. e sua atuação é focada na prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e débito, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para captura de transações no meio físico e pela Internet (e-commerce), seu processamento, transmissão e liquidação financeira.

A "Instituição" foi constituída em 8 de abril de 2014, com a denominação social de Bonsucesso Adquirência Ltda. Em 15 de maio de 2017, ocorreu a transformação da empresa em sociedade anônima de capital fechado, passando a ser controlada diretamente pelo Banco BS2 S.A. e teve sua denominação social alterada para Adiq - Soluções de Pagamento S.A.

Em novembro de 2017, a Adiq protocolou uma série de documentos e informações junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), complementando a documentação necessária para a autorização para funcionamento como Instituição de Pagamento. O pleito inicial foi arquivado pela autoridade monetária em função da publicação da Circular 3.885/2018 e novo pedido de autorização foi protocolado em fevereiro de 2019.

Em 2 de janeiro de 2019 ocorreu a transferência das operações de aquisição até então processadas no Banco para a Adiq cujos valores foram mensurados com base nos livros contábeis de 31/12/2018.

(iii) ADT Participações Ltda. ("DT Participações"), constituída em dezembro de 2018 com o capital social de R\$ 5.010, é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, com objeto social a participação em outras sociedades controladas pelo Banco com 99,80% de participação. O Banco integralizou sua participação na DT Participações mediante a transferência de cinco milhões de suas ações preferenciais da BS2 DTVM reduzindo sua participação direta de 99,90% para 74,90%.

Em maio de 2019 o Banco cedeu e transferiu parte de suas cotas na DT Participações reduzindo assim sua participação total de 99,90% para 88,80%.

(iv) AAD Participações Ltda. ("AD Participações"), constituída em dezembro de 2018 com capital social de R\$ 1.256, é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, com objeto social a participação em outras sociedades controladas pelo Banco com 99,52% de participação.

O Banco BS2 S.A. elabora suas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial e as disponibiliza no seu site www.bs2.com em "Nossos números".

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Banco	Conglomerado Prudencial		
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidade em moeda nacional	245	405	3.054	1.734
Disponibilidade em moeda estrangeira	93.121	83.495	102.200	91.916
Total de disponibilidades	93.366	83.900	105.254	93.650

Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	247.982	70.006	250.924	70.006
Total	341.348	153.906	356.178	163.656

(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentem insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 2(b).

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco	Conglomerado Prudencial		
	2019	2018	2019	2018
Posição bancada				
Letras Financeiras do Tesouro	14.146		17.088	
Letras do Tesouro Nacional	3.801	70.006	3.801	70.006
Notas do Tesouro Nacional	230.035		230.035	
Aplicações no mercado aberto	247.982	70.006	250.924	70.006

Depósitos interfinanceiros	22.152	582	22.152	582
Aplicações em moedas estrangeiras	26	55	26	55

Total	270.160	70.643	273.102	70.643
-------	---------	--------	---------	--------

Circulante	270.160	70.588	273.102	70.588
Realizável a longo prazo		55		55

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Banco	Conglomerado Prudencial		
	2019	2018	2019	2018
Livres				
Letras Financeiras do Tesouro	627.404	282.054	811.704	282.054
Debêntures	1.423	6.848	1.423	6.848
Cotas de fundos de investimentos	89.729	14.182	89.729	14.182
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040	9.040	9.040

Vinculado a operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro	3.045	24.751	3.045	24.751

Vinculado ao Banco Central				
Letras Financeiras do Tesouro		50.183	13.050	50.183

Vinculado a prestação de garantias				
Letras Financeiras do Tesouro	70.307	190.673	90.337	190.673

Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)	(9.040)	(9.040)	(9.040)
--	---------	---------	---------	---------

Subtotal de títulos e valores mobiliários	791.908	568.691	1.009.288	568.691
--	----------------	----------------	------------------	----------------

Instrumentos financeiros derivativos	134.686	128.511	134.686	128.511
--------------------------------------	---------	---------	---------	---------

Operações de Swap	134.686	128.511	134.686	128.511
-------------------	---------	---------	---------	---------

Total	926.594	697.202	1.143.974	697.202
-------	---------	---------	-----------	---------

Circulante	791.908	565.814	1.009.288	565.814
Realizável a longo prazo	134.686	131.388	134.686	131.388

bs2.com

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários

Apresentamos a seguir o resumo da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria e prazo de vencimento, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

Banco	2019							
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação (i)	799.719	(195)	799.524	98.769		5.316	477.517	217.922
Cotas de fundos de investimentos (ii)	89.729		89.729	89.729				
Ações de companhias fechadas (iii)	9.040		9.040	9.040				
Letras Financeiras do Tesouro (iv)	700.950	(195)	700.755			5.316	477.517	217.922
Títulos disponíveis para venda	1.423		1.423		1.423			
Debêntures (v)	1.423		1.423		1.423			
Subtotal de títulos e valores mobiliários	801.142	(195)	800.947	98.769	1.423	5.316	477.517	217.922
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Total de títulos e valores mobiliários	792.102	(195)	791.907	89.729	1.423	5.316	477.517	217.922

Conglomerado Prudencial	2019							
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação (i)	1.016.665	240	1.016.905	98.769		5.316	512.156	400.664
Cotas de fundos de investimentos (ii)	89.729		89.729	89.729				
Ações de companhias fechadas (iii)	9.040		9.040	9.040				
Letras Financeiras do Tesouro (iv)	917.896	240	918.136			5.316	512.156	400.664
Títulos disponíveis para venda	1.423		1.423		1.423			
Debêntures (v)	1.423		1.423		1.423			
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.018.088	240	1.018.328	98.769	1.423	5.316	512.156	400.664
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Total de títulos e valores mobiliários	1.009.048	240	1.009.288	89.729	1.423	5.316	512.156	400.664

Banco e Conglomerado Prudencial	2018							
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Títulos para negociação (i)	570.936	(53)	570.883	23.222	7.193		467.651	72.817
Cotas de fundos de investimentos (ii)	14.182		14.182	14.182				
Ações de companhias fechadas (iii)	9.040		9.040	9.040				
Letras Financeiras do Tesouro (iv)	547.714	(53)	547.661		7.193		467.651	72.817
Títulos disponíveis para venda	6.798		50	6.848		3.971	2.877	
Debêntures (v)	6.798		50	6.848		3.971	2.877	
Subtotal de títulos e valores mobiliários	577.734	(53)	50	577.731	23.222	7.193	3.971	470.528
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)			(9.040)	(9.040)			
Total de títulos e valores mobiliários	568.694	(53)	50	568.691	14.182	7.193	3.971	470.528

(i) Títulos classificados como mantidos para negociação são apresentados no Balanço Patrimonial no circulante, independentemente do vencimento.

(ii) As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

(iii) Para a aplicação em ações de companhias fechadas, o saldo de provisão para perda em 30 de junho de 2019 é de R\$ 9.040 (2018 – R\$ 9.040).

(iv) Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(v) Em 30 de junho de 2019, o Banco possuía debêntures da Cemig Distribuição S/A e Copel Geração e Transmissão S/A as quais possuem mercado ativo e são marcadas a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 30 de junho de 2019, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de swaps, futuros e termos, os quais estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP.

A posição de derivativos a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) pode ser demonstrada como segue:

Descrição	Banco e Conglomerado Prudencial					
	2019		2018			
	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados	Valor pela curva	Valor de mercado	Ganhos (Perdas) apropriados
ATIVO						
"Swap" - diferencial a receber				134.686		128.511
PASSIVO						
Obrigações por venda a termo				19		255
Valor líquido				134.667		128.256
(i) Swap						
Os swaps Dólar x CDI compõem, a estrutura de hedge de risco de mercado da captação externa, são custodiados pela CETIP e tem vencimento para 03/11/2020. Seu valor de referência está registrado em contas de compensação no montante de R\$ 102.180 (2018 – R\$ 102.180).						
Total	127.491	134.686	7.195	126.969	128.511	1.542

(ii) Termo

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Banco e Conglomerado Prudencial possuía posições vendidas em termos de moeda estrangeira totalizando R\$ 19 (2018 – R\$ 255) com um valor de referência de R\$ 20.548 (2018 – R\$ 28.125). Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição ativa de moedas estrangeiras.

(iii) Futuros

Em 30 de junho de 2019, o Banco possuía uma posição vendida de contratos futuros de dólar e uma posição vendida de contratos de mini dólar futuro. Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição de operações de câmbio indexadas a essa moeda. Além disso, o Banco possuía uma posição comprada de contratos de DI futuro para mitigar exposição de operações indexadas a taxa prefixada e posição vendida de contratos de DI futuros para mitigar a exposição de uma operação de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio. O resultado líquido positivo destas operações no 1º semestre de 2019 foi de R\$ 3.923.

A controlada BS2 DTVM realizou no 1º semestre de 2019 e 2018 operações no mercado futuro para mitigar a exposição das operações de câmbio indexadas a moeda estrangeira. Estas operações geraram um resultado líquido positivo de R\$ 198 (R\$ 1.078 negativo no 1º semestre de 2018).

Em 30 de junho de 2018, o Banco possuía uma posição vendida de contratos futuros de dólar e uma posição vendida de contratos de mini dólar futuro. Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição de operações de câmbio indexadas a essa moeda. O Banco possuía uma posição comprada de contratos de DI futuro para mitigar exposição de operações indexadas a taxa prefixada. O resultado líquido negativo destas operações no 1º semestre de 2018 foi de R\$ 7.695.

(iv) Derivativos utilizados como instrumentos de hedge

Os derivativos utilizados como instrumentos de hedge de risco de mercado, visando a proteção da variação cambial mais o cupom da captação externa, assim como o objeto de hedge estão representados como segue:

Descrição	Instrumentos	Vencimento	Indexadores e Taxas	Banco e Conglomerado Prudencial			
				Valor de Referência		Valor de Mercado	
				2019	2018	2019	2018
Objeto de Hedge	Captação Externa	03/11/2020	Passiva: variação cambial mais cupom	102.180	102.180	(234.050)	(228.337)
Instrumentos de Hedge	Swaps de Fluxo de Caixa	03/11/2020	Ativa: variação cambial mais cupom	102.180	102.180	234.050	228.337
			Passiva: %CDI			(99.364)	(99.827)
Líquido: Variação cambial mais cupom				0	0	0	0

Para obtenção do valor de mercado das operações de swap, estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela BM&FBovespa, ajustadas pelo spread de risco, apurado no fechamento da operação.

6 Operações de crédito e outros créditos

(a) Classificação por produto

Setor Privado	Banco e Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Crédito pessoal	22.751	26.524
Crédito pessoal vinculados a cessão		4.161
Capital de giro	238.588	317.005
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	40.092	31.836
Financiamento em moeda estrangeira		1.967
Desconto de títulos	1.266	106
Adiantamentos a depositantes	31	
Total operações de crédito	302.728	381.599
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	7.866	8.127
Precatórios	349.956	519.114
Devedores por compra de valores e bens	456	728
Total outros créditos (*)	358.278	527.969
Total carteira de crédito	661.006	909.568
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito	(16.587)	(16.987)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de outros créditos	(1.602)	(1.741)
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.189)	(18.728)
Total	642.817	890.840
Circulante	402.002	447.256
Realizável a longo prazo	240.815	443.584

(*) Para fins de divulgação o saldo de "Adiantamentos sobre contratos de câmbio", "Precatórios" e "Devedores por compra de valores e bens", e suas respectivas provisões, são demonstrados nesta nota por terem característica de concessão de crédito.

(b) Cessão de créditos

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 não foram efetuadas cessões de créditos com retenção de risco.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco que na data da cessão totalizava R\$ 250.000 e foi recebido o montante de R\$ 263.000. Essas cessões geraram um resultado positivo de R\$ 13.000 registrado na demonstração do resultado na rubrica "Receitas da intermediação financeira – Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros".

No semestre findo em 30 de junho de 2018, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco que na data da cessão totalizava R\$ 87.137 e foi recebido o montante de R\$ 90.736. Essas cessões geraram um resultado positivo de R\$ 3.599 registrado na demonstração do resultado na rubrica "Receitas da intermediação financeira – Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros".

(c) Classificação por prazo

A vencer com prazo indeterminado	Banco e Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
A vencer até 90 dias	349.956	519.114
A vencer de 91 a 180 dias	92.526	177.341
A vencer de 181 a 360 dias	34.948	38.337
A vencer acima de 360 dias	38.397	45.382
Total de parcelas a vencer	142.855	126.978
Vencidas até 90 dias	1.476	1.878
Vencidas de 91 a 180 dias	177	150
Vencidas de 181 a 360 dias	584	209
Vencidas acima de 360 dias	87	179
Total de parcelas vencidas	2.324	2.416
Total	661.006	909.568

(d) Classificação por setor de atividade

Descrição	Banco e Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Indústria	7.866	10.223
Outros serviços	279.120	344.836
Pessoas físicas	24.064	35.395
Administração pública	349.956	519.114
Total	661.006	909.568

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Classificação por níveis de risco

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99, considerando ainda os seguintes aspectos: (i) características das operações e respectivas garantias; (ii) considerações em relação ao atraso das parcelas; e (iii) histórico de perdas com os devedores.

Nível	%	Banco e Conglomerado Prudencial	
		2019	2018
		Carteira	Provisão para riscos de crédito com base nos percentuais mínimos exigidos
AA		30.095	171.608
A	0,5	472.783	585.395
B	1	73.025	78.470
C	3	47.061	47.115
D	10	13.536	3.247
E	30	7.334	2.200
F	50	11.400	16.303
G	70	4.479	4.979
H	100	1.293	1.297
Total		661.006	909.568

(f) Classificação por níveis de risco e produto

Nível	Banco e Conglomerado Prudencial			
	2019	2018		
	Crédito pessoal	Capital de giro	Outros	Total
AA				30.095
A	5.415	146.884	319.861	472.783
B	3.600	35.206	34.219	73.025
C	200	33.322	13.539	47.061
D	5.908	6.579	1.049	13.536
E	7.068	218	48	7.334
F	169	11.220	11	11.400
G	23	4.456	146	4.799
H	368	703	222	1.293
Total	22.751	238.588	349.956	661.006

(g) Concentração da carteira

	Banco e Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	433.600	65,60
20 maiores devedores seguintes	153.375	23,20
50 maiores devedores seguintes	53.497	8,09
100 maiores devedores seguintes	15.320	2,32
Outros	5.214	0,79
Total	661.006	100,00

(h) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco e Conglomerado Prudencial
	2019
Saldo no início do semestre	17.363
Constituição / reversão de provisão	1.250
Baixas de créditos para prejuízo	(424)
Saldo no fim do semestre	18.189

No semestre findo em 30 de junho de 2019 foi recuperado o montante de R\$ 3.991 (2018 – R\$ 1.854) referente a créditos anteriormente baixados para prejuízo e foi renegociado um montante de R\$ 55.715 (2018 – R\$ 11.827) de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo em 30 de junho de 2019 foi de R\$ 10.195 (2018 – R\$ 14.119).

7 Outros créditos

(a) Carteira de câmbio

O saldo da carteira de câmbio do ativo é composto conforme abaixo:

	Banco e Conglomerado Prudencial
	2019
Câmbio comprado a liquidar	13.857
Direitos sobre vendas de câmbio	2.796
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(2.715)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 6(a))	200
Total	14.138

(b) Diversos

	Banco e Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Créditos tributários (nota 14(a))	68.621	71.474
Devedores por depósitos em garantia (i)	12.817	18.236
Baixas sem financeiro (ii)	5.861	5.834
Impostos e contribuições a compensar (iii)	31.545	18.580
Títulos e créditos a receber (iv)	49.982	56.467
Precatórios (v)	349.956	519.114
Devedores por compras de valores e bens	456	728
Valores a receber de sociedades ligadas	1.257	2.095
Diversos	1.530	13.142
Total	522.025	705.670

(i) "Devedores por depósitos em garantia" são registrados os depósitos judiciais conforme abaixo:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2019	2018	2019	2018
Contingências tributárias (nota 12b(i))	1.829	1.829	396	
Contingências trabalhistas e previdenciárias (nota 12d(i))	2.823	4.156	3.882	5.662
Contingências civis (nota 12d(ii))	7.544	11.729	22.310	34.204
Outras	621	522		
Total	12.817	18.236	26.588	39.866

(ii) "Baixas sem financeiro" referem-se a valores baixados da carteira de créditos e pendentes de repasses pelos órgãos conveniados.

(iii) "Impostos e contribuições a compensar" referem-se, substancialmente, a saldo negativo de IRPJ e CSLL a compensar.

(iv) "Títulos e créditos a receber", referem-se a direitos de consorciados adquiridos pela cessão de cotas não contempladas ou desistentes e a outros direitos creditórios, assim entendidos como expectativa de direito de crédito em ação de natureza condenatória movida em desfavor da União Federal ou suas Autarquias, são adquiridos pelo Banco e são mantidos em carteira até a sua formalização em precatórios, que assegura elevado grau de confiança de realização, e posterior liquidação final. Os direitos creditórios somente passam a apropriar renda após a ordem judicial de constituição em precatório.

(v) As operações de precatórios com entes não federais estão sujeitas a uma provisão para perdas de 0,5% - rating "A", no valor de R\$ 1.599 (2018 – R\$ 1.737). Já as operações com entes federais não estão sujeitas à provisão e foram classificadas no rating "AA", conforme nota 6.

8 Outros valores e bens

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Bens não de uso próprio (i)	16.650	14.482	16.650	14.482
Comissões diferidas (ii)	12	83	12	83
Deságio na colocação de títulos	5.093	246	5.093	246
Despesas antecipadas	9.818	2.890	10.583	2.933
Total	31.573	17.701	32.338	17.744

(i) Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento cujo saldo de provisão em 30 de junho de 2019 era R\$ 1.731 (2018 – R\$ 1.167).

(ii) Referem-se ao diferimento das despesas de comissões e bônus sobre operações de crédito.

9 Investimentos em controladas e coligadas

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas:

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado do semestre	Valor do investimento	Resultado da equivalência patrimonial no semestre
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	13.094.460	99,80	22.350	335	22.305	334
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	225.000	75,00	418	135	314	101
BS2 Tecnologia Ltda.	999.000	99,90	5.036	(339)	5.030	(338)
BLU Tecnologia Digital Ltda.	221.250	14,75	1.795	(39)	265	16
Pinhel MG Participações Ltda.	1.356.695	55,56	2.441			
BLU Participações Ltda.	1.260.000	99,50	1.514	248	1.506	246
Butiá Participações S.A.	160.080	24,00	754	412	181	
Total - Conglomerado Prudencial				29.601		359

BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. 24.717.000 74,90 30.034 (2.039) 22.496 (1.527)

Adiq - Soluções de Pagamento S.A. 9.000.000 86,00 8.106 1.929 6.972 1.659

AD Participações Ltda. 1.250.000 99,52 1.261 55 1.255 55

DT Participações Ltda. 7.252.300 87,80 7.514 (513) 6.597 (492)

Total - Banco **66.921** **54**

Em agosto de 2018 foi realizada alteração contratual da Bonsucesso Controladora Ltda. mudando sua denominação social para BS2 Hub Tecnologia Digital Ltda. e de seu objeto social para prestação de serviços de tecnologia. Em maio de 2019 foi realizada nova alteração contratual da BS2 Hub Tecnologia Digital Ltda. mudando sua denominação social para BLU Tecnologia Digital Ltda.

Em abril de 2019 foi constituída a BLU Participações Ltda. com o capital social de R\$ 1.266 onde o Banco participa com 99,50%. O Banco integralizou sua participação na BLU Participações Ltda. mediante a transferência de um milhão duzentos e sessenta mil de suas quotas de capital da BLU Tecnologia Ltda. reduzindo sua participação direta de 98,75% para 14,75%.

Em Assembleia realizada em novembro de 2018 foi deliberado aumento do capital social da Adiq - Soluções de Pagamento S.A. com o aporte de novos sócios reduzindo a participação do Banco de 90% para 86%.

Em dezembro de 2018 foi constituída a AD Participações Ltda. com o capital social de R\$ 1.256 onde o Banco participa com 99,52%.

Em dezembro de 2018 foi constituída a DT Participações Ltda. com o capital social de R\$ 5.010 onde o Banco participa com 99,80%. O Banco integralizou sua participação na DT Participações Ltda. mediante a transferência de cinco milhões de suas ações preferenciais da BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. reduzindo sua participação direta de 99,90% para 74,90%. Em junho de 2019 foi realizada alteração contratual da DT Participações Ltda. aumentando o capital social de R\$ 5.010 para R\$ 8.260. Em abril de 2019 o Banco alienou quotas de capital da DT Participações Ltda. reduzindo sua participação total de 99,80% para 87,80%.

Em janeiro de 2019 foi realizada alteração contratual da BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. reduzindo o capital social de R\$ 500 para R\$ 300.

Em junho de 2019 o Banco adquiriu 160.080 ações da Butiá Participações S.A. passando a participar na sociedade com 24,00%.

Em Assembleia realizada em junho de 2019 na BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi deliberado o aumento de capital para R\$ 33.000, aprovado pelo Banco Central em julho 2019.

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado do semestre	Valor do investimento	Resultado da equivalência patrimonial no semestre
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	13.094.460	99,80	21.623	660	21.580	659
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	325.000	75,00	597	110	448	82
BS2 Tecnologia Ltda.	999.000	99,90	4.859	330	4.853	330
Bonsucesso Controladora Ltda.	197.500	98,75	485	5	479	5
Pinhel MG Participações Ltda.	1.356.695	55,56	2.441			
Total - Conglomerado Prudencial				27.360		1.076

BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. 19.980.000 99,90 20.002 265 19.982 265

Adiq - Soluções de Pagamento S.A. 4.500.000 90,00 3.728 (919) 3.355 (839)

Total - Banco **50.697** **502**

Em Assembleia realizada em junho de 2017 o Banco constituiu a Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. com uma participação de 99,90% no capital e teve sua autorização de funcionamento aprovado pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2017. Em fevereiro de 2018 o Banco Central do Brasil aprovou a alteração da denominação social para BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Em Assembleia realizada em janeiro de 2018 na BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi deliberado o aumento de capital para R\$ 20.000.

(b) Movimentação dos investimentos - controladas diretas e indiretas:

	Saldo em 31/12/2018	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Aumento (Redução) de capital	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de quotas	Saldo em 30/06/2019
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	21.971	334				22.305
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	471	101	(150)	(108)		314
BS2 Tecnologia Ltda.	5.368	(338)				5.030
BLU Tecnologia Digital Ltda.	1.812	16		(303)	(1.260)	265
BLU Participações Ltda.		246			1.260	1.506
Butiá Participações S.A.					181	181
Total - Conglomerado Prudencial	29.622	359	(150)	(230)		29.601

BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. 14.286 (1.527) 9.737 22.496

Adiq - Soluções de Pagamento S.A. 5.313 1.659 6.972

AD Participações Ltda. 1.200 55 1.255

DT Participações Ltda. 4.768 (492) 2.886 19 (584) 6.597

Total - Banco **55.189** **54** **12.473** **(211)** **(584)** **66.921**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldo em 31/12/2017	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Aumento de capital	Saldo em 30/06/2018
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	20.921	659		21.580
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A.	366	82		448
BS2 Tecnologia Ltda.	4.523	330		4.853
Bonsucesso Controladoria Ltda.	474	5		479
Total – Conglomerado Prudencial	26.284	1.076		27.360
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	4.732	265	14.985	19.982
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	4.194	(839)		3.355
Total – Banco	35.210	502	14.985	50.697

10 Depósitos interfinanceiros e a prazo Banco

	2019				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos Interfinanceiros					
Flutuante	38.883	67.550	48.960		155.393
Depósitos a prazo					
Pré-fixados	7.315	15.530	111.492		134.337
Flutuantes	114.903	236.033	1.315.439	133.326	1.799.701
	122.218	251.563	1.426.931	133.326	1.934.038
	2018				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos Interfinanceiros					
Flutuante	14.916	84.766	43.112		142.794
Depósitos a prazo					
Pré-fixados	24.384	1.284	660		26.328
Flutuantes	115.900	455.007	570.647	25.431	1.166.985
	140.284	456.291	571.307	25.431	1.193.313

Conglomerado Prudencial

	2019				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos Interfinanceiros					
Flutuante	38.883	67.550	48.960		155.393
Depósitos a prazo					
Pré-fixados	7.315	15.530	111.492		134.337
Flutuantes	114.091	236.033	1.315.439	133.326	1.798.889
	121.406	251.563	1.426.931	133.326	1.933.226
	2018				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos Interfinanceiros					
Flutuante	14.916	84.766	43.112		142.794
Depósitos a prazo					
Pré-fixados	24.384	1.284	660		26.328
Flutuantes	100.191	455.007	570.647	25.431	1.151.276
	124.575	456.291	571.307	25.431	1.177.604

11 Recursos de aceites e emissão de títulos

	Banco e Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Letras de crédito imobiliário	68.938	102.870
Letras financeiras	1.391	1.954
Total	70.329	104.824
Circulante	65.258	68.477
Exigível a longo prazo	5.071	36.347

12 Outras obrigações

(a) Carteira de câmbio

	Banco e Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Câmbio vendido a liquidar	2.777	8.785
Obrigações por compras de câmbio	13.837	17.703
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 6(a))	(7.666)	(8.022)
Total	8.948	18.466

(b) Fiscais e previdenciárias

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para impostos e contribuições		2.649		2.649
Impostos e contribuições a recolher	4.178	3.229	5.926	3.941
Provisão para impostos diferidos	3.208	3.338	3.327	3.338
Total	7.386	9.216	9.253	9.928
Circulante	4.193	6.168	6.060	6.880
Realizável a longo prazo	3.193	3.048	3.193	3.048

(c) Dívidas subordinadas

Referem-se à emissão de títulos no mercado internacional "Subordinated Notes", em 03 de novembro de 2010 no montante de US\$ 125.000, com prazo de 10 anos, amortização no final e pagamento de juros semestrais à taxa de 9,25% ao ano. A aprovação correspondente a US\$ 120.000 dessa emissão como dívida subordinada, foi homologada pelo BACEN e passou a compor o Patrimônio de Referência - Nível II a partir de 10 de fevereiro de 2011, em conformidade com a Resolução CMN 3.444/07 e normas complementares.

O valor restante da emissão, equivalente a US\$ 5.000, estava classificado como "Recursos de aceites e emissão de títulos" e foi liquidado em setembro de 2012.

Abaixo as recompras da dívida subordinada autorizadas pelo Banco Central do Brasil:

Histórico de recompras da dívida subordinada	US\$ Mil	
Principal da dívida	Recompras	Saldo
		120.000
Autorização BACEN em agosto de 2012	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2012	19.251	
1º semestre de 2013	749	
	20.000	100.000
Autorização BACEN em julho de 2013	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2013	1.450	
1º semestre de 2014	6.771	
1º semestre de 2015	7.568	
2º semestre de 2015	4.211	
	20.000	80.000

Histórico de recompras da dívida subordinada

	Recompras	US\$ Mil Saldo
Autorização BACEN em maio de 2015	20.000	
Recompras em:		
2º semestre de 2015	5.742	
1º semestre de 2016	6.042	
2º semestre de 2016	7.342	
1º semestre de 2017	874	
	20.000	60.000
Autorização BACEN em janeiro de 2017	10.000	
Recompras em:		
1º semestre de 2017	731	
	731	59.269

De modo a eliminar a exposição à variação cambial e à taxa de juros, foram contratados dois swaps cuja soma de seus valores referenciais tem o mesmo valor do principal da dívida subordinada, além de terem a mesma taxa de juros e mesmos prazos de vencimento dos cupons semestrais e do principal, vide nota 5(b).

Durante os meses de abril a junho/19 o Banco BS2 emitiu R\$ 23.738 Letras Financeiras Subordinadas em conexão com os requisitos determinados no art. 17 da resolução 4.192/13. Estes títulos estão devidamente registrados na CETIP – Central de Liquidação Financeira de Títulos Privados. O Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil para que R\$ 23.228 destes créditos compoam o capital Nível II em 2 de agosto de 2019 para o restante o Banco aguarda resposta.

A seguir apresentamos a composição das dívidas subordinadas:

	Banco e Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Subordinated notes	234.050	228.337
Letras financeiras subordinadas	23.905	
Total	257.955	228.337
Circulante	3.378	3.296
Realizável a longo prazo	254.577	225.041

(d) Diversas

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 25 a)	452	362	254	219
Provisão de despesas com pessoal	12.730	9.002	17.139	9.843
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	9.775	9.654	22.652	10.854
Passivos contingentes (i)	26.588	39.866	26.588	39.866
Obrigações por transações de pagamento (ii)		1.488.995	3.683.839	1.488.995
Valores a repassar por operações de aquisição (iii)	132	136.773	257.461	136.773
Prestações recebidas e pendentes de baixa	2.198	3.228	2.740	3.300
Ordens de pagamento	131	144	131	144
Repasse Projeto Minha Casa Minha Vida	446	489	446	489
Obrigações por operações vinculadas a cessão (Nota 2 f)		4.395		4.395
Valores de tarifas a devolver	23.840	23.850	23.840	23.850
Outros (iv)	8.201	3.437	8.202	3.437
Total	84.493	1.720.195	4.043.292	1.722.165
Circulante	31.808	1.656.388	3.990.607	1.658.358
Realizável a longo prazo	52.685	63.807	52.685	63.807

(i) A Administração do Banco revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas com as mesmas, ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e, em 30 de junho de 2019, totalizam R\$ 7.868 (2018 – R\$ 6.944), enquanto aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente.

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contenciosos massificados dos processos ativos avaliados como perda provável. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro o valor do risco calculado individualmente, de acordo com a liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da condenação dada em decisão de mérito, aplicando-se, ainda, redução de 20% sobre o valor apurado levando em consideração o histórico de redução dessas perdas decorrentes de acordos realizados nos processos. O valor de liquidação é verificado temporalmente e para os processos que não possuam liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da decisão final condenatória por ausência de subsídios suficientes para tanto, terão o valor de risco calculado pelo ticket médio de liquidação dos processos judiciais ativos e com valor de risco individualmente apurado.

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	Banco e Conglomerado Prudencial						
	2019			2018			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total
Saldo no início do semestre	4.319		25.885	30.204	6.786	43.714	50.500
Movimentação refletida no resultado:							
Constituição	299	400	930	1.629	568	821	1.389
Reversão / baixa	(736)	(4)	(4.505)	(5.245)	(1.692)	(10.331)	(12.023)
Saldo no fim do semestre	3.882	396	22.310	26.588	5.662	34.204	39.866

(ii) "Obrigações por transações de pagamento" referem-se a valores a repassar aos estabelecimentos comerciais credenciados (adquirência) por operações com cartão de crédito e débito e em contrapartida foi registrado no ativo na rubrica "Relações interfinanceiras - Pagamentos e recebimentos a liquidar" os valores a receber dos repasses das bandeiras de cartões.

(iii) "Valores a repassar por operações de aquisição" referem-se basicamente a montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais.

(iv) "Outros" em 30 de junho de 2019 inclui a provisão específica para garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 748 (2018 – R\$ 204) referente a provisão de uma carteira que monta R\$ 44.605 (2018 – R\$ 304), em conformidade com a Resolução CMN nº 4.512/16. Os critérios utilizados para a constituição desta provisão foram de acordo com o exposto na Resolução CMN 2.682/99 considerando a avaliação do cliente.

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 22 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 10.000 homologado pelo BACEN em abril de 2018 e em 22 de junho de 2018, foi aprovado o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 50.000 homologado pelo BACEN em agosto de 2018. Ambos os aumentos foram subscritos e integralizados pela controladora BBO Participações S.A..

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 29 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 85.000, homologado pelo BACEN em junho de 2019, subscrito e integralizado pela controladora Bonsucesso Holding Financeira S.A. (denominação anterior BBO Participações S.A.).

Assim, em 30 de junho de 2019, o capital subscrito e integralizado está representado por 69.344.194 (2018 - 52.344.194) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco e Conglomerado Prudencial adotam a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Em 30 de junho de 2019 esses créditos estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais. Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Abaixo é demonstrada a movimentação e natureza dos créditos tributários:

	Banco			Conglomerado Prudencial		
	2019	2018		2019	2018	
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais / Base negativa	Total	Adições temporárias	Prejuízos fiscais / Base negativa	Total
Saldo no início do semestre	45.692	22.057	67.749	55.721	23.595	79.316
Constituição	19.338	1.127	20.465	13.903		13.903
Utilização	(19.593)		(19.593)	(20.180)	(1.565)	(21.745)
Saldo no fim do semestre	45.437	23.184	68.621	49.444	22.030	71.474

	Banco			Conglomerado Prudencial		
	2019	2018		2019	2018	
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais / Base negativa	Total	Adições temporárias	Prejuízos fiscais / Base negativa	Total
Saldo no início do semestre	46.553	24.741	71.294	55.721	23.770	79.491
Constituição	19.342	2.481	21.823	13.903	656	14.559
Utilização	(19.791)	(200)	(19.991)	(20.180)	(1.607)	(21.787)
Saldo no fim do semestre	46.104	27.022	73.126	49.444	22.819	72.263

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

Ano	Banco		Conglomerado Prudencial	
	Valor contábil	Valor presente	Valor contábil	Valor presente
2019	8.846	8.306	10.760	10.104
2020	19.588	17.270	20.790	18.329
2021	25.306	20.949	26.695	22.099
2022	7.786	6.053	7.786	6.053
2023	7.095	5.178	7.095	5.178
Total	68.621	57.756	73.126	61.763

(b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.278	6.278	31.325	31.325

Adições (exclusões) líquidas:

Equivalência patrimonial	(54)	(54)	(502)	(502)
Participações no lucro	(3.866)	(3.866)	(2.740)	(2.740)
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)			(3.955)	(3.955)
Outras, líquidas	1.165	1.165	1.928	1.175

	2019	2018	2019	2018
	Base de cálculo	Base de cálculo	Base de cálculo	Base de cálculo
Alíquota Efetiva	529	529	3.908	5.061
Alíquota Adicional	352		2.595	
Ajustes CSLL 5% (i)				(826)
Incentivo Fiscal			(56)	
Imposto de renda e contribuição social	881	529	6.447	4.235

(i) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, nota 2(K).

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.020	8.020	30.908	30.908

Adições (exclusões) líquidas:

Equivalência patrimonial	(359)	(359)	(1.076)	(1.076)
Participações no lucro	(5.815)	(5.815)	(2.740)	(2.740)
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)			(4.010)	(4.010)
Outras, líquidas	1.166	1.166	1.928	1.175

	2019	2018	2019	2018
	Base de cálculo	Base de cálculo	Base de cálculo	Base de cálculo
Alíquota Efetiva	453	279	3.751	5.005
Alíquota Adicional	290		2.477	
Ajustes CSLL 5% (i)				(831)
Incentivo Fiscal	(8)		(57)	
Imposto de renda e contribuição social	735	279	6.171	4.174

15 Receitas de operações de crédito

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Crédito pessoal		1.724		4.906
Empresarial		22.134		23.476
Financiamento em moeda estrangeira				313
Recuperação de créditos baixados como prejuízo			3.992	1.854
Total		27.858		30.549

16 Resultado de operações com TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	18.547	6.548	18.632	6.548
Resultado de títulos de renda fixa	23.801	17.180	26.838	17.278
Resultado de títulos de renda variável		(628)		(628)
Resultado de aplicações em fundos de investimento	4.127	(345)	4.127	(345)
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	(211)	(53)	134	(53)
Deságios na colocação de títulos	(170)	(170)	(170)	(170)
Outros	17	10	17	10
Total	46.111	22.542	49.578	22.640

17 Despesas de operações de captação no mercado

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Despesas de títulos emitidos no exterior	(20.068)	(42.573)	(20.068)	(42.573)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(4.909)	(4.075)	(4.909)	(4.075)
Despesas de depósitos a prazo	(75.741)	(43.306)	(75.589)	(42.846)
Despesas de recursos de aceites e emissão de títulos	(2.469)	(3.172)	(2.469)	(3.172)
Outras despesas de captação	(2.337)	(1.303)	(2.337)	(1.303)
Total	(105.524)	(94.429)	(105.372)	(93.969)

18 Receitas de prestação de serviços

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Rendas por serviços de pagamento (i)		8.546	13.236	8.546
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento (ii)	25.684	14.380	25.684	14.380
Diversas	2.287	1.912	3.113	2.006
Total	27.971	24.838	42.033	24.932

(i) Rendas provenientes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.

(ii) Rendas provenientes de aquisições realizadas pelo Banco de créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações de aquisição, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita.

19 Despesa de pessoal

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Honorários	5.801	5.662	7.376	6.225
Benefícios	2.740	2.223	3.969	2.760
Encargos Sociais	5.681	3.903	7.977	5.045
Proventos	11.959	10.341	17.753	13.451
Treinamento	513	284	535	310
Estagiários	165	135	207	140
Total	26.859	22.548	37.817	27.931

20 Outras despesas administrativas

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Aluguel	2.070	1.323	2.520	1.799
Comunicação	1.789	2.297	3.040	2.331
Manutenção e conservação de bens	434	485	559	501
Processamento de dados	25.907	17.669	39.512	18.244
Propaganda e publicidade	9.123	708	9.149	905
Prestação de serviços	56.894	34.297	45.856	31.310
Transportes	4.643	4.611	5.065	4.828
Viagens	1.524	1.212	1.827	1.273
Depreciação e amortização	5.101	2.674	5.352	2.718
Outros	3.014	3.611	3.707	3.898
Total	110.499	68.887	116.587	67.807

21 Despesas tributárias

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Despesas tributárias	2.505	2.409	2.771	2.462
ISSQN	423	578	1.582	763
Cofins	6.373	5.689	9.013	6.124
PIS	1.036	924	1.588	1.010
Total	10.337	9.600	14.954	10.359

22 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Recuperação / despesas de provisões operacionais (i)	3.373	9.741	4.974	9.741
Variações monetárias e cambiais	11.728	841	11.729	841
Ajuste a valor de mercado da captação externa	(3.803)	6.393	(3.803)	6.393
Rebate de contratos cedidos (ii)	3.503	5.942	3.504	5.942
Resultado operações com precatórios	80.121	73.596	80.121	73.596
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(1.873)	(3.052)	(1.873)	(3.052)
Perdas com processos trabalhistas	(760)	(1.655)	(760)	(1.655)
Perdas com processos civis	(8.191)	(9.824)	(8.191)	(9.826)
Outras	4.255	2.370	3.929	2.394
Total	88.353	84.352	89.630	84.374

(i) "Recuperação / despesas de provisões operacionais" referem-se, substancialmente, a provisão de contingências civis e trabalhistas.

(ii) "Rebate de contratos cedidos" refere-se ao valor pago pelo Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., de parte dos contratos recuperados da carteira não elegível, cedida a R\$ 1,00 cada contrato.

23 Cobertura de seguros

O Banco e Conglomerado Prudencial possuem cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

24 Instrumentos financeiros

O Banco e Conglomerado Prudencial avaliaram seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Banco e Conglomerado Prudencial encontram-se registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 2018 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

O Banco possui operações envolvendo instrumentos financeiros buscando eventualmente oportunidade de mercado com operações de tesouraria, mantendo dentro de limites considerados aceitáveis a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

(i) Títulos e valores mobiliários

O Banco possui perfil de investimentos em títulos públicos federais, ações e em certificados de depósitos bancários de empresas e instituições financeiras consideradas de baixo risco pela Administração.

(ii) Operações de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2019, o Banco diversificou sua carteira de crédito com produtos de câmbio e Empresarial.

(iii) Depósitos

As captações ocorrem principalmente através de depósitos a prazo e através das cessões de crédito. As taxas dos depósitos e as necessidades de caixa são monitoradas pela Administração.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 a Instituição possui operações com instrumentos financeiros derivativos. Vide detalhes na nota 5(b).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

	Banco		2018	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Depósitos à vista	(41.900)		(1.580)	
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(8)		(13)	
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)	(136)		(62)	
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (iii)	(46)		(101)	
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (iii)	(13)		(14)	
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)	(41.237)		(16)	
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (iii)	(15)		(11)	
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)	(15)		(936)	
BLU Tecnologia Digital Ltda. (iii)	(6)		(5)	
AD Participações Ltda. (iii)	(1)			
DT Participações Ltda. (iii)	(11)			
BLU Participações Ltda. (iii)	(6)			
Pessoal chave da Administração (iv)	(250)		(203)	
Outras partes relacionadas (v)	(156)		(219)	
Captações no mercado aberto	(80.488)	(546)	(84.686)	(828)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(11.934)	(223)	(4.063)	(194)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (iii)			(12.256)	(335)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (iii)	(418)	(18)	(618)	(19)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)	(812)	(153)	(3.453)	(124)
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)	(4.808)	(94)	(3.491)	(141)
BLU Tecnologia Digital Ltda. (iii)	(1.799)	(58)	(469)	(15)
Pessoal chave da Administração (iv)	(26.734)		(22.537)	
Outras partes relacionadas (v)	(33.983)		(37.799)	
Outros créditos (Outras obrigações) / Receitas (Despesas) operacionais	806	(27.012)	1.733	(3.945)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)			1	
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)	352	(3.944)	722	5.942
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (iii)	87		964	
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (iii)	10	(78)	2	(181)
Adiq - Soluções de Pagamento S.A. (iii)	357	(15.482)	42	(3.580)
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (iii)			1	
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)		(7.508)		(6.126)
BLU Tecnologia Digital Ltda. (iii)			1	
Operações de crédito / Receitas (Despesas) da intermediação financeira		(954)		(34)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (iii)		(1.046)		(34)
Outras partes relacionadas (v)		92		

	Conglomerado Prudencial		2018	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Depósitos à vista	(605)		(1.463)	
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(8)		(13)	
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)	(136)		(62)	
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (iii)	(13)		(14)	
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (iii)	(15)		(11)	
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)	(15)		(936)	
BLU Tecnologia Digital Ltda. (iii)	(6)		(5)	
BLU Participações Ltda. (iii)	(6)			
Pessoal chave da Administração (iv)	(250)		(203)	
Outras partes relacionadas (v)	(156)		(219)	
Captações no mercado aberto	(79.676)	(393)	(68.977)	(369)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(11.934)	(223)	(4.063)	(194)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (iii)	(418)	(18)	(618)	(19)
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)	(4.808)	(94)	(3.491)	(141)
BLU Tecnologia Digital Ltda. (iii)	(1.799)	(58)	(469)	(15)
Pessoal chave da Administração (iv)	(26.734)		(22.537)	
Outras partes relacionadas (v)	(33.983)		(37.799)	
Outros créditos (Outras obrigações) / Receitas (Despesas) operacionais	362	(11.530)	727	(365)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)			1	
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (ii)	352	(3.944)	722	5.942
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (iii)	10	(78)	2	(181)
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (iii)			1	
BS2 Tecnologia Ltda. (iii)		(7.508)		(6.126)
BLU Tecnologia Digital Ltda. (iii)			1	
Operações de crédito / Receitas (Despesas) da intermediação financeira		92		92
Outras partes relacionadas (v)		92		

(i) Holding controladora integral do Banco BS2.

(ii) Instituição financeira coligada do Banco BS2 até agosto de 2017 quando foi realizada uma cisão parcial transferindo para sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A. sua participação.

(iii) Empresas controladas do Banco BS2 conforme detalhado na nota 9.

(iv) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A..

(v) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	Banco		Conglomerado Prudencial	
	2019	2018	2019	2018
Honorários	3.693	3.499	4.584	4.062
Participação nos lucros e resultados	2.108	2.163	2.792	2.163
Encargos sociais	(1.325)	(1.054)	(1.587)	(1.083)
Total	4.476	4.608	5.789	5.142

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego ou de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem conceder operações de créditos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

26 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN Nº 4.193/13

A partir de 1º outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o arcabouço regulatório recomendado pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que trata da nova estrutura de capital de instituições financeiras para Basileia III. Para o cálculo do Patrimônio de Referência (PR), foi divulgada a Resolução CMN nº 4.192/13, que define a metodologia de apuração e a Resolução CMN nº 4.193/13, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal para Basileia III.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Descrição	2019	2018
(=) Patrimônio de Referência – Nível I	316.285	259.802
(+) Capital Principal (a)	316.285	259.802
(+) Capital Social e Reservas	346.721	261.721
(+) Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	48.945	30.877
(+) Sobras ou Lucros Acumulados	1.002	17.935
(+) Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	495	1.948
(-) Deduções do capital – ajustes a valor de mercado de TVM		
(-) Ajustes Prudenciais	80.878	52.679
(+) Patrimônio de Referência – Nível II	46.134	86.334
(+) Instrumentos Elegíveis para compor nível II (a)	46.134	86.334
(-) Deduções do Nível II		
(=) Patrimônio de Referência Total	362.420	346.136

Alocação de Capital por Risco

Risco de Crédito (RWAcpad)	2.301.862	1.664.720
Risco de Mercado (RWAajur + RWAacm + RWAacs + RWAacom)	255.481	71.387
Risco Operacional (RWAopad)	275.453	465.655
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.832.796	2.201.763
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA	226.624	189.902
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN	256.506	209.224
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	135.796	156.234
Margem sobre o Patrimônio de Referência com RBAN	35.094	95.629
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	146.317	127.697
Margem sobre o Capital Principal Requerido	188.809	160.723

Índice de Basileia - PR

Índice do Nível I	12,79%	15,72%
Índice de Capital Principal	11,17%	11,80%
Índice de Imobilização	11,17%	11,80%
	17,58%	16,09%

(a) Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.192/13 para Instrumentos Elegíveis ao Nível II em Junho de 2018 prevaleceu o saldo da dívida subordinada em 31/12/2012 após a aplicação do limitador de 40% e em Junho de 2019 prevaleceu o saldo atual da dívida após a aplicação do redutor de 80%.

Considerando os valores apurados em 30 de junho de 2019, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 12,79% (2018 – 15,72%), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido é de 10,5% (Índice Basileia + ACP) de acordo com a Resolução CMN nº 4.193/13. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 11,17% (2018 – 11,80%), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora (6,0% e 4,5%).

Cabe destacar que o Patrimônio de Referência Total apurado no período foi de R\$ 362.420 (2018 – R\$ 346.136) contra um Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA de R\$ 226.624 (2018 – R\$ 189.902) e Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN de R\$ 256.506 (2018 – R\$ 209.224), o que implica em uma margem sobre o Patrimônio de Referência considerando RBAN de R\$ 35.094 (2018 – R\$ 95.629).

Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco encontra-se em conformidade com a regulamentação do BACEN.

27 Gerenciamento de risco

Gerenciamento de Capital

Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito do Conglomerado Prudencial BS2, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial BS2.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

As informações relativas ao Gerenciamento de Capital são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa na seção "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Gerenciamento de Risco

A gestão de riscos do Banco reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional e socioambiental.

I - Risco de Mercado - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado Prudencial BS2, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normalização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Administração e monitorados com periodicidade diária.

II - Risco de Crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.

III - Risco de Liquidez - É o risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV - Risco Operacional e Socioambiental - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais, incluindo também o risco legal. O Banco considera a atividade de gestão do Risco Operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Gerenciamento de Risco Operacional e Socioambiental

Em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, e com a Resolução CMN nº 4.327/14 o Banco definiu sua política de Gestão de Risco Operacional e Socioambiental, na qual as responsabilidades, os princípios e diretrizes estão descritos. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que todos os seus colaboradores entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais operacionais relativos a risco operacional.

A partir de dezembro de 2009, o Banco adotou a abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (RWAopad).

As informações relativas ao Gerenciamento de Risco Operacional são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa na seção "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Gerenciamento de Continuidade de Negócios – GCN

O Banco conta com um centro de processamento de dados alternativo para atender a recuperação e continuidade de seus processos de negócio visando minimizar perdas financeiras para os acionistas e clientes.

A metodologia da gestão da Continuidade de Negócios permite ao Banco planejar ou responder a incidentes e interrupções de negócios para fazer a continuidade de suas operações em níveis pré-definidos e aceitáveis.

Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez

Em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco definiu sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a sua carteira de empréstimos consignados, crédito para pequenas e médias empresas (Empresarial) e operações de câmbio e sua atuação na Tesouraria.

A estrutura define os órgãos envolvidos e suas respectivas atribuições e responsabilidades, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado e liquidez do Conglomerado Prudencial BS2 e o diretor estatutário responsável por cada um dos riscos junto ao Banco Central do Brasil, além de descrever o processo de gerenciamento de risco de mercado e liquidez.

As informações relativas ao Gerenciamento de Riscos de Mercado e Liquidez são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa, na seção "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

Em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco de crédito, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

As informações relativas ao Gerenciamento de Risco de Crédito são divulgadas pelo Banco em seu site em Governança Corporativa, na seção "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa).

Além disso, também é feita a divulgação do "Relatório de Gerenciamento de Riscos" em seu site em Governança Corporativa, na seção "Relatório de Gerenciamento de Riscos" (www.bs2.com/banco/institucional/governanca-corporativa) que visa atender a Circular 3.678/13 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, aos processos e metodologias de gerenciamento, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

Cultura de Riscos

A gestão efetiva dos riscos se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre a importância de seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Por isso, o BS2 adota um processo contínuo de disseminação de informações sobre a gestão de riscos ao pessoal da organização, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com sua área de atuação. No BS2 as ações de acatamento de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da organização. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão ao encontro do que a empresa prega.

Diretoria

Gabriel Pentagna Guimarães - Diretor Presidente
 Renata Braga Pentagna Guimarães Martini - Diretora Vice-Presidente Executiva
 Rodrigo Braga Pentagna Guimarães - Diretor Vice-Presidente Comercial
 Juliana Braga Pentagna Guimarães - Diretora Executiva
 Francisco Ferreira Neto - Diretor Executivo
 Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior - Diretor Executivo

Conselho de Administração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães - Presidente
 João Claudio Pentagna Guimarães - Vice-Presidente
 Gabriel Pentagna Guimarães - Conselheiro
 Heloisa Maria Pentagna Guimarães Henriques - Conselheira
 Regina Maria Pentagna Guimarães Salazar - Conselheira
 Luiz Flávio Pentagna Guimarães - Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
 Contador - CRC-MG 48.029/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
 Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco BS2 S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2 (m) – "Princípios de consolidação - Conglomerado prudencial".

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 (m) – "Princípios de consolidação - Conglomerado prudencial" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do ano anterior.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas explicativas 2(f) e 6)</p> <p>A mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99. No cumprimento dessa norma a administração do Banco e suas controladas exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração do valor de realização das garantias e definição do risco de crédito das contrapartes das operações de crédito.</p> <p>O uso de julgamentos e premissas de natureza subjetiva ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em variações significativas na estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.</p> <p>Considerando a relevância da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como o exposto anteriormente, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, consideraram a atualização do entendimento dos controles internos e processos aplicados no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como realizamos testes sobre: i) integridade da base de dados de operações de crédito; ii) aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; iii) aderência das principais premissas adotadas pela administração para mensuração da provisão com as normas do Banco Central do Brasil; iv) aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes, bem como da aprovação dos correspondentes níveis de riscos estabelecidos; v) recálculo do valor da provisão; vi) conciliação dos valores apurados e os valores contabilizados; e vii) elaboração das correspondentes notas explicativas.</p> <p>Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.</p>
<p>Reconhecimento do crédito tributário (Notas explicativas 2(k) e 14)</p> <p>O crédito fiscal proveniente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais é registrado à medida que a administração considera que o Banco e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro para sua realização. A projeção de lucro tributável, base para o registro do crédito tributário, é fundamentada em estudo aprovado pela administração do Banco e suas controladas, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução CMN no. 3.059/02 e posteriores alterações, e inclui diversas premissas de natureza subjetiva definidas pela administração.</p> <p>Considerando o exposto acima, o estudo para projeção de lucro tributável, base para o reconhecimento e manutenção do crédito tributário, se mantém como uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, consideraram entre outros, a atualização do entendimento dos procedimentos relevantes realizados pela administração para a elaboração do estudo de projeção de lucro tributável, bem como o registro e manutenção do crédito tributário de acordo com os requisitos específicos do Banco Central do Brasil.</p> <p>Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributável aprovado pelos órgãos de governança da administração e analisamos as premissas utilizadas com as informações de estudos de períodos anteriores, bem como com informações de mercado, quando aplicável.</p> <p>Obtivemos entendimento quanto às premissas críticas incluídas nas projeções de resultados e efetuamos testes quanto ao cálculo matemático dos valores projetados.</p> <p>Adicionalmente, comparamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados.</p> <p>Consideramos que as premissas adotadas pela administração na elaboração do estudo de projeção de lucro tributário futuro são razoáveis com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras no seu conjunto.</p>
<p>Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e mercado ativo (Notas explicativas 2 (f), 6(a) e 7(b))</p> <p>Instrumentos do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que considera a utilização de julgamento pela administração em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, estados e municípios.</p> <p>O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações significativas por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.</p> <p>Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, aprovação, registro e divulgação.</p> <p>Adicionalmente, realizamos testes quanto a valorização de determinadas operações, que considerou: i) reunião com os especialistas da administração para entendimento das principais premissas e metodologias adotadas; ii) análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os efetivamente realizados ("backtesting"); e iii) analisamos a razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração.</p> <p>Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.</p>

<p>Ambiente de tecnologia de informação</p> <p>O processamento das transações do Banco e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.</p> <p>Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio.</p> <p>Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de tecnologia da informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, os processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados.</p> <p>Testamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco.</p> <p>Como resultado desses procedimentos de auditoria e considerando que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base para o resultado de nossa auditoria para as demonstrações financeiras.</p>
--	--

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 (m), que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) do Banco BS2 S.A. referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, bem como a demonstração consolidada do valor adicionado do Banco BS2 S.A. e suas controladas referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado Prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 (m) – "Princípios de consolidação - Conglomerado prudencial" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2019.



PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
 Contador
 CRC 1SP197007/O-2